

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
INSTITUTO VILLA-LOBOS
LICENCIATURA EM MÚSICA

A MÚSICA INSTRUMENTO DE INCLUSÃO

MAURICEA COSTA SANTOS

RIO DE JANEIRO

2022

A música como instrumento de inclusão

por

Mauricéa Costa Santos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Villa-Lobos do Centro de Letras e Artes da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Música sob orientação do Professor Dr. José Nunes Fernandes.

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

M455a	Santos , Mauricéa Costa A música como instrumento de inclusão / Mauricéa Costa Santos . -- Rio de Janeiro, 2022. 23 f. Orientador: José Nunes Fernandes. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Villa-Lobos, Licenciado em Música, 2022. 1. Socialização. 2. Inclusão . 3. Educação Musical . I. Fernandes, José Nunes , orient. II. Título.
-------	---

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

“A música como instrumento de inclusão”

por

Mauricéa Costa Santos

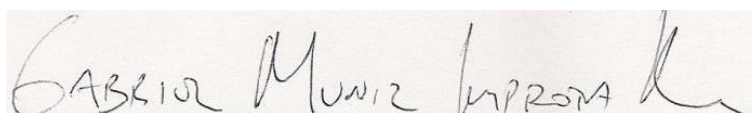
BANCA EXAMINADORA



Professor Dr. José Nunes Fernandes (Orientador)



Professora Dra. Lilia Justi (UNIRIO)



Professor Dr. Gabriel Improta (UNIRIO)

Nota: 9,0 (nove)

JULHO DE 2022

SANTOS, Mauricéa Costa. *A música como instrumento de inclusão*. 2022. Monografia (Licenciatura em Música) – Curso de Licenciatura em Música. Instituto Villa-Lobos, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2022.

RESUMO

O presente trabalho visa compreender como a música influencia na socialização física e mental de crianças e adolescentes, ou seja, como a música desempenha uma função terapêutica, como foco principal. Não pretendemos tecer conclusões definitivas, mas apenas retratar a música como uma atividade social com um impacto social específico e como pode promover o bem-estar e ser uma ferramenta terapêutica no cotidiano desses indivíduos.

Palavras-chave: Socialização; Inclusão; Educação Musical

SUMÁRIO

	Página
1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Iniciando a discussão do problema	7
1.2 Questão de estudo	9
1.3 Objetivos	9
1.4 Justificativa	9
1.5 Metodologia	9
1.6 Organização do estudo	10
2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO, CULTURA E ARTES	11
3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RESPONSABILIDADE DA ESCOLA E DO PROFESSOR	13
4 A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
6. REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades” (Paulo Freire).

1.1. Iniciando a discussão do problema

Durante o processo de formulação do projeto para o TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, vivenciei, mais uma vez, fatos que marcaram a minha vida e a do meu irmão mais novo, Patrício. Ele, diagnosticado com esquizofrenia desde os seus 13 anos de idade, afastou-se dos estudos. Naquela época, a escola não insistiu com sua permanência, e quase imediato ao seu diagnóstico, ele a deixou de frequentar, ficando restrito apenas a família e a igreja.

Na igreja, havia um grupo do qual ele fazia parte e que mesmo após ter sido diagnosticado, ele continuava a participar dos ensaios onde mantinha uma relação entre amigos e se socializava.

Ao vivenciar novamente esse problema, durante o estágio no Colégio Pedro II, e em leitura do artigo *Inclusão de pessoas com transtorno mentais: a construção de redes sociais na vida cotidiana*”, sobre a socialização, como se dá e como ela é importante mesmo com pessoas que sofrem de algum tipo de doença,

Hoje através da faculdade, estudando e pesquisando sobre A música como instrumento de inclusão, vi o quanto poderia ser resgatado se ele tivesse continuado a frequentar a escola mesmo com suas dificuldades.

A música em todos os seus gêneros têm sido uma cena de luta. No entanto, é através dela que presenciamos um clique mágico de socialização, ora através do *rap*, *reggaeton*, *trova*, *Jazz*, *Soul* e entre outros estilos, que se tornaram meios de comunicação adequados para crianças e jovens pré-adolescentes. Em forma de protesto, as frases e palavras vulgares usadas contra as autoridades políticas e policiais fizeram os adultos rirem e compartilharem o desprezo pelo poder dominante, obrigando as autoridades a silenciar e criminalizar a música popular de protesto, como por exemplo “Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores”, onde os primeiros versos do autor Vandrê, Geraldo descreve uma manifestação pacífica e se refere a todos como iguais, lutando por algo em comum: **o direito à liberdade:**

“Caminhando e cantando
E seguindo a canção,
Somos todos iguais,
Braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Caminhando e cantando
E seguindo a canção.”

A música tem um grande alcance no humor de um indivíduo, podendo influenciá-lo de forma decisiva em muitas situações. É com esse fato em mente que surgiu a musicoterapia, ou seja, o uso da música como forma de terapia. De fato, a musicoterapia inclui uma abordagem de tratamento que utiliza a música como ferramenta terapêutica para estimular mudanças emocionais, cognitivas e físicas em indivíduos com determinadas condições médicas.

Portanto, haverá um momento de troca de conhecimentos e experiências, que poderá auxiliar cada um em sua prática. Também é interessante vislumbrar a prática da educação musical como um processo guiado que desenvolve as ferramentas perceptivas, expressivas e de pensamento necessárias para compreender a linguagem da música, a fim de promover uma participação mais ampla em uma cultura de produção social para que os indivíduos se tornem capazes de fazer uso crítico em seu ambiente das várias expressões musicais disponíveis (PENNA, 2008).

A escola tem uma grande responsabilidade no que diz respeito à educação inclusiva, pois ela é a base para que essa inclusão venha a acontecer. A ideia de educação inclusiva está fundamentada na filosofia de aceitar e reconhecer a diversidade na escola, assegurando o acesso para todos à educação escolar, independentemente de suas diferenças individuais. Compreende-se que na concepção de educação de qualidade para todos, deve haver respeito às diferenças e o atendimento às necessidades educativas específicas de crianças e jovens. A criança por exemplo, desde cedo estabelece comunicação através de gestos e sons e conforme vai crescendo, ela vai tendo um contato maior com pessoas, sendo possível se socializar de forma coletiva constituindo sua cultura por meio da interação, sendo capaz de amadurecer socialmente.

1.2 Questão de estudo

O trabalho procura abordar a questão da importância do ensino da música na inclusão social educacional, tendo como questão central: como a música pode ser um dos meios para a inclusão social?

1.3 Objetivos

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar a importância da prática musical escolar. Como objetivos específicos: (1) Conceituar políticas públicas na educação, cultura e artes; (2) Apresentar a educação inclusiva baseada na literatura sobre o assunto; (3) Descrever a música como instrumento de inclusão.

1.4 Justificativa

Dessa forma, este trabalho se justifica pela reflexão que ele aborda sobre a música, ou melhor, a educação musical, como um dos eixos de conhecimento capaz de favorecer em inúmeros fatores no desenvolvimento infantil, auxiliando de forma significativa nas capacidades com ênfase a conversação, bem como no desenvolvimento de sensações, sentimentos e pensamentos, tornando os educandos mais autônomos, bem como lhes proporcionando inúmeras aprendizagens.

Ao contribuir para a nossa compreensão sobre o poder de socialização da música, este trabalho permite revelar a sua função terapêutica e sua importância em ambientes como escolas e asilos, visando compreender como a música afeta a socialização física e mental de crianças e adolescentes, e o seu desempenho. Não pretendemos tirar conclusões definitivas, mas apenas retratar a música como uma atividade social com um impacto social específico e como através da musicoterapia, ela pode promover o bem-estar e ser uma ferramenta terapêutica.

1.5 Metodologia

Esta pesquisa é uma revisão bibliográfica, cujo método consiste em analisar criticamente e de forma detalhada publicações sobre o tema. A análise permite explicar e discutir o tema partindo de referências publicadas em trabalhos acadêmicos como artigos, livros, dissertações, teses, dentre outros. Os artigos e periódicos disponíveis em base de

dados são fontes amplamente utilizadas e que permitem aprofundar ainda mais o estudo (MARTINS; PINTO, 2001).

1.6 Organização do Estudo

Este trabalho tem a seguinte organização: após a introdução na parte 1 onde o tema de pesquisa é apresentado, na parte 2, discutimos as políticas públicas relativas à Cultura e à Educação. Na parte 3, abordamos inclusão como um direito de todos devido a importância individual de cada um. Na parte 4, elencamos a música como um instrumento eficiente na promoção da cultura, educação e inclusão.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO, CULTURA E ARTES

As políticas públicas de cultura e educação são cada vez mais implementadas por meio de parcerias público-privadas, por meio da distribuição de recursos públicos entre órgãos do setor privado na forma de ONGs, Oss, Oscips e fundações, o famoso “terceiro setor”, por meio da participação do mercado na prestação de serviços esses serviços melhoram a prestação de serviços públicos. A luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade baseada na formação integral do indivíduo conflita com essa realidade e ocorreu muitas vezes ao longo da história, seja por iniciativa de movimentos populares, seja por ação de instituições públicas, seja por ação da sociedade (PEREIRA, 1999).

No debate sobre a qualidade da educação pública, incluindo o uso de recursos públicos pelas instituições públicas, a supressão do desempenho do mercado educacional, a desmercantilização da educação e a defesa integral da educação baseada no desenvolvimento pessoal, combinar educação com cultura e esporte, ou seja, combinar diferentes produtos do ser humano para formar uma forma completa. Essa possibilidade entra em conflito com as práticas de privatização e marketing que estão transformando cada vez mais a educação em um produto de consumo cuja qualidade pode ser adaptada a diferentes classes sociais de acordo com os interesses do mercado (MONTAÑO, 2003).

As políticas públicas de desenvolvimento de ideias educacionais e culturais na esfera pública e a interação entre as diferentes esferas do setor público podem e devem descrever uma formação que permita o desenvolvimento pleno do ser humano e promova a igualdade dos indivíduos na sociedade. Para tanto, é necessário abandonar a lógica de mercado que existe hoje na formulação e implementação das políticas públicas educacionais e culturais e na ação comum. Isso se mostrou possível por meio de uma fusão entre ação de massa e ação institucional, que vemos acontecer de forma ainda pontual, mas possível e transformadora.

Uma das prioridades da maioria dos governos mundiais é a melhoria do setor educacional, onde sem exceção, suas políticas públicas visam estabelecer metas e compromissos de melhoria no campo educacional em seus diferentes níveis e contextos, também alinhados às tendências internacionais da educação (MARQUES, 2013).

Para cumprir essas melhorias, que não deixa de ser esta obrigação constitucional, o Ministério da Educação Pública do Brasil é o órgão dirigente do sistema educacional, que se caracteriza por sua natureza altamente centralizada e é responsável pelo

desenvolvimento e implementação dos planos e programas de estudos para o ensino básico, secundário superior e normal em todo o território nacional.

De acordo com o PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) (BRASIL, 2008), o terceiro dos cinco objetivos nacionais era alcançar uma educação de qualidade e estabelecia que a educação deveria promover “o desenvolvimento das capacidades e habilidades integrais de cada cidadão, nos domínios intelectual, emocional, artístico e desportivo, ao longo do tempo que instiga os valores pelos quais a dignidade pessoal e dos outros é defendida” (p. 59). Portanto, entre os objetivos específicos desse objetivo estava o de “ampliar o acesso à cultura como meio de formação integral dos cidadãos” (Objetivo 3 da Meta Nacional, PND, BRASIL, 2008, p. 67).

A cultura deve ocupar um lugar de destaque no projeto educativo nacional e contribuir para a formação integral de meninas, meninos e jovens, favorecendo um maior acesso aos bens e serviços da arte e da cultura, segundo o Programa Saúde na Escola (PSE, p. 63). Para atingir esse objetivo da arte e da cultura voltada à promoção da educação integral da população, o PSE estabeleceu cinco estratégias, com suas respectivas linhas de atuação.

Estabeleceu a necessidade de revisão e atualização dos programas educacionais em relação às artes e cultura, a fim de alcançar elevados padrões na formação dos alunos. Ainda dentro deste objetivo, foi estipulado o objetivo de envolver alunos, professores e comunidade educativa em geral nas diversas manifestações artísticas.

Outros programas voltados à educação artística de caráter social e comunitário é o denominado Cultura para a Harmonia (SECRETARÍA DE CULTURA, 2017), hoje SEE (Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes) que visa posicionar as diferentes manifestações artísticas e práticas culturais locais como ferramentas de promoção da coesão social e do desenvolvimento humano.

O programa é regido por três princípios norteadores:

(a) tempo criativo, para a recuperação do espaço público em áreas de alta vulnerabilidade ou falésia;

(b) arte em harmonia, integrando crianças e jovens em grupos artísticos comunitários que promovam o trabalho em equipe, a convivência e a colaboração;

(c) culturas vivas, reconhecendo e preservando as boas práticas do patrimônio cultural regional.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RESPONSABILIDADE DA ESCOLA E DO PROFESSOR

A escola tem uma grande responsabilidade no que diz respeito à educação inclusiva, pois ela é a base para que essa inclusão venha acontecer.

Compreende-se que na concepção de educação de qualidade para todos, deve haver respeito a diferença dos alunos e o atendimento às suas necessidades educativas.

Segundo Beyer (2006),

A educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escola, como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas. Além dessa interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, propõe-se e busca-se uma pedagogia que se dilate frente às diferenças dos alunos (p. 73).

Refletir sobre inclusão significa quebrar paradigmas, quebrar tabus, pois a essência da proposta é de mudança. Sobre a importante busca de uma pedagogia que se abra frente às diferenças dos alunos, uma pedagogia que traga uma interação para que as diferenças, se é que existem, deixem de impedir a boa convivência o respeito e a aprendizagem compartilhada. O espaço escolar deve ser adaptado para que a participação de todos seja possível, abrindo as portas, tornando fácil o acesso (rampas, elevadores, espaço onde caibam cadeiras), adequando a instituição a pessoa com deficiência, fazendo a conscientização dos demais alunos. Inclusive destaco que dentro dessa adaptação escolar, tem que existir acima de tudo o desejo de cooperação, afetuosidade, o respeito pelo próximo, saber reconhecer os valores e respeitar as diferenças do outro.

Paulo Freire (2006, p.19) afirma ainda que:

Se pretendermos uma escola inclusiva é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceito e que reconheça e valorize as diferenças.

O Brasil, nas últimas décadas, tem assistido uma transformação em todos os segmentos da sociedade na busca por equidade, fazendo valer os princípios de democracia. Este processo de tomada social em prol da construção dos direitos e deveres do cidadão é intitulado de inclusão. Ele se estende no contexto educacional razão de serem

realizadas discussões favoráveis às crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino.

As crianças com necessidades especiais passaram, há algum tempo atrás, por períodos de total desrespeito, exclusão e preconceito, excluídas do convívio normal na sociedade e mesmo com as demais crianças, convívio este que ocorria principalmente dentro da escola regular, onde não era permitida a participação nas atividades acadêmicas oferecidas às demais crianças (FREIRE, 2007).

No passado, algumas crianças e até adultos eram excluídos do convívio, das salas de aula, das comunidades, pois eram considerados uma ameaça a comunidade, ao desafiá-la a conviver com a diferença. O motivo dessa segregação era principalmente o controle, elas fugiam ao controle proposto dentro da escola.

Quando acontecem grandes mudanças nas sociedades o desejo de controle sobre os alunos aumenta, pois isso é considerado essencial pra a criação de força de trabalho alfabetizada e disciplinada. Como exemplo, no final do século XIX e início do XX quando os Estados Unidos estavam passando por uma transformação de sua base econômica de agrícola para industrial.

No Brasil podemos verificar tais acontecimentos ao buscarmos na história, épocas em que a segregação de pessoas com necessidades especiais acontecia na sociedade, e para manter o bom funcionamento da escola regular, a melhor estratégia era a segregação e exclusão negando a estas pessoas o direito de frequentarem uma escola e de construir sua aprendizagem.

Entre tantos acontecimentos, leis, transformações e criação de políticas públicas no mundo com relação à educação de pessoas com necessidades especiais, chegamos em 1994, onde na Espanha, na cidade de Salamanca, no período de sete a dez de junho aconteceu uma conferência que aprovou a Declaração de Salamanca, com princípios, política e prática das necessidades educativas especiais, assim como foi aprovada uma linha de ação para os países que ali estiveram (CHAVES, 2008).

Essa conferência culminou em uma declaração (Declaração de Salamanca) para políticas públicas educacionais de todos os países envolvidos na conferência, que favorecia a educação integrada e permitia a matrícula de todas as crianças nas escolas regulares de ensino, a menos que existissem razões maiores para o contrário.

Para que essa política desse resultado constava na discussão também a integração e inclusão de pais e de pessoas com necessidades especiais nos grupos de tomada de decisão, para que essa troca de experiências pudesse ajudar e contribuir para a melhoria

do ensino e da construção democrática da escola. Assim surge o princípio de educação para todos, fortalecendo a inclusão (GIL, 2007).

Dessa maneira, os programas de formação, têm sido impulsionados a reestruturar suas ações com objetivo de formar profissionais em condições de atuar diante da diversidade dos alunos. Porém, a realidade demonstra que é possível encontrar cursos de licenciatura que não contemplam, em seus currículos, os conhecimentos básicos sobre educação especial (MANTOAN, 2009):

Note-se que a lei é muito clara em relação aos futuros professores. No entanto, pode ser visto na afirmação anterior que a carga horária do currículo acadêmico da graduação é insuficiente para a preparação profissional, o que requer mais tempo para a especialização pedagógica adequada de cada tipo de diploma, especialmente para atuar em salas de aula que incluem crianças com necessidades especiais.

O profissional da educação deve assumir uma nova posição como educador, inserindo em suas práticas pedagógicas habilidades essenciais para que o ensino avance dinamicamente e para que o aluno tenha oportunidades reais de construir conhecimento. Portanto, o aluno terá condições e possibilidades de maior integração e inclusão e, conseqüentemente, o contato com aqueles considerados "normais" permitirá um melhor aprendizado. Vale acrescentar que as possibilidades de aprendizado são para todos os alunos. Se na educação se espera encontrar relações harmoniosas, o professor inclusivo também espera maior dedicação e competência, porque a realidade da escola está se expandindo em mutualidade, ou, como ressalta Guerra (2008, p.41), as interações mediadoras do desenvolvimento humano estão em função da:

[...] rápida evolução das estruturas sociais, econômicas e tecnológicas do nosso mundo; a democratização dos sistemas de ensino, que abriu suas portas aos setores excluídos da população; O desenvolvimento do Terceiro Mundo, de modo que o novo mundo de hoje prefigure, em qualquer norte, o mundo de amanhã. (GUERRA, 2008, p.41, grifos do original).

O sucesso profissional do professor, desde sua formação acadêmica até seu papel de educador, ocorre por meio da troca de experiências no ambiente de trabalho diário, ensino, aprendizagem e evolução com seus alunos. Portanto, durante o treinamento, os futuros professores devem estar preparados para refletir sobre os déficits e como o trabalho pode ser feito para que o aluno tenha a oportunidade de crescer e superar possíveis barreiras. O educador precisa ter um conhecimento teórico que possa ajudar seu

aluno durante o processo de ensino e aprendizagem, promovendo um ambiente em que o aluno entrará em contato com vários recursos que o ajudarão a superar alguns déficits, seja intelectual ou circunstancial. Carvalho (2008, p. 4) argumenta que:

Para cumprir a finalidade de intervenção educativa escolar, o educador inclusivo precisa manter uma postura construtiva, em que proponha ações que assegurem a construção do saber, prevalecendo o ato de construir e reconstruir o conhecimento. O aluno deve ser considerado um ser capaz de fazer e sentir confiança no professor, e este precisa ser valorizado pelos seus conhecimentos (CARVALHO, 2008, p. 4).

A educação qualificada em salas de aula inclusivas é essencial para a aprendizagem, onde as pessoas instruídas têm a oportunidade de desenvolver conhecimento e interagir com o educador. Para isso é preciso planejar as aulas de acordo com os desejos de seus alunos. Nesse sentido, Mittler (2008, p. 145) considera que: é necessário que os professores, durante o planejamento e o ensino do conteúdo curricular, levem em consideração, numa perspectiva inclusiva, três princípios: estabelecer desafios de aprendizagem compatíveis; responder às necessidades de aprendizagem e diversidade dos alunos; Descarte as barreiras de aprendizado e use a avaliação de alunos e turmas. O profissional de educação inclusiva precisa estar em constante avaliação destes três princípios, sendo capaz de promover alterações pertinentes a avaliação (feedback).

4 A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO

Podemos perceber que a transformação do indivíduo é um processo de relacionamentos interpessoais. Numa sociedade marcada pela disputa, a música é capaz de proporcionar experiências de participação e colaboração, valorizando a contribuição de cada sujeito participante da sua prática.

A música por si só, caracteriza momentos de prazer e reflexão, gerando no indivíduo um estímulo a sua participação em ambientes. Cada interpretação musical, pode trazer novos sentimentos e novos desejos e acréscimos de participação, gerando nele dons que não eram conhecidos por ele mesmo, fazendo que sua participação seja não somente inclusiva, mas, um momento de genialidade musical. O que nos leva a pensar que num processo de aprendizagem coletiva através do uso da música o que se consegue vai muito além da educação, pois gera no indivíduo estímulos participativos que acarretam uma inclusão dentro do meio social.

A partir da concepção da Epistemologia Genética de Piaget (2006), a qual entende que as necessidades humanas se desenvolvem na interação entre sujeito e objeto. Quando ele fala na interação, isso entendendo que o desenvolvimento do ser humano está na capacidade de exercitar, praticar para se desenvolver, e aperfeiçoar com as repetições.

Dessa forma, para que haja a inclusão deve-se propiciar uma educação voltada para a cooperação, para a autonomia intelectual, social e aprendizagem ativa, condições estas que proporcionam o desenvolvimento global de todos os alunos, assim como o aprimoramento profissional dos professores. Na classe inclusiva, o aluno deveria encontrar essa diversidade de formas de se expressar e não apenas a valorização da expressão verbal, condição que nem todos atingem, devido a certas especificidades de deficiência física ou mental.

Observação prática:

Dentro de uma Instituição Federal (Estágio realizado no Colégio Pedro II), a partir de uma atividade em sala de aula, a professora explicava uma atividade aos alunos. Observava que um aluno com TOD - Transtorno Opositor Desafiador, além de não estar participando ainda atraía atenção de alguns outros alunos, com brincadeira paralela.

Ao término da exposição da atividade, foi solicitada a participação dos alunos. Foi verificado que o grupo no qual o aluno em questão, executou a atividade com clareza e

conduziu de forma surpreendente o grupo que com ele estava. Portanto, pude observar na prática o efeito causado pela aprendizagem através da música.

O papel do professor muitas vezes passa por um processo de naturalização, ou seja, não é visto como resultado de uma série de fatores que afetam a vida do indivíduo, como seus relacionamentos, suas condições de vida e de trabalho. Assim, Silva e Navarro (2012) reiteram a condição humana do professor, que representa socialmente seus alunos, o sistema nacional de ensino e seu papel social. Esses fatores são agravados no ambiente de trabalho à medida que o profissional desenvolve relações com diferentes agentes sociais, alunos, diretores, colegas, funcionários da escola, pais. Assim, Sasso (2007) afirma que o professor é um profissional que está imerso nas relações sociais, das quais a mais relevante, no cenário educacional, são as relações que desenvolve com seus alunos.

Especialmente na educação infantil, os professores são modelos para as crianças e atuam como mediadores entre escolas, alunos e famílias. Portanto, suas ações têm um papel central na orientação das atividades docentes. O autor também destaca que, nas escolas, o conhecimento é um processo, ou seja, é construído de forma interativa, a partir de trocas entre professores e alunos.

Como vimos anteriormente, é fundamental entender a prática de ensino como uma prática interativa quando se pensa em educação inclusiva. Mas ainda ganha mais destaque quando o foco está nos eventos musicais como forma de promover essa inclusão. Segundo o RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998, p. 45), a música na educação infantil tem múltiplos usos, pois existe em diferentes momentos da vida humana.

Todo mundo ouve rádio, escolhe suas músicas favoritas, os pais cantam músicas infantis para seus filhos ou suas músicas favoritas, e muitas brincadeiras infantis são repletas de músicas ou modismos. Em outras palavras, a vida humana é embalada pela música. Apesar dessa presença inquestionável, poucas pesquisas foram feitas sobre o uso da música na educação infantil. Diniz e Del Ben (2006) argumentam que o número ainda baixo de trabalhos sobre o tema se deve ao próprio processo de formação de professores. Os cursos de pedagogia focam suas atividades em outras áreas, preterindo um debate mais aprofundado sobre o tema. Da mesma forma, no RCNEI (BRASIL, 1998), a música é considerada uma expressão linguística, o que não permite uma maior ênfase nela como expressão artística. Essas restrições trazem diversas consequências para o uso da música na educação infantil.

A música acabou se tornando um auxílio na educação infantil, utilizada como mecanismo de controle comportamental, na medicina para demarcar diferentes momentos da rotina da creche, ou como mecanismo facilitador para a transferência de conteúdos em outras disciplinas. Essas abordagens, embora importantes e significativas, reduzem a importância da música como momento estético e artístico da criação (DINIZ e DEL BEN, 2006). Outro fator destacado pelos autores é a diversidade musical que existe no Brasil. Embora seja um elemento que enriquece nossa cultura, essa diversidade musical tem pouco trabalho no RCNEI (BRASIL, 1998), acabando por resultar em uma exposição limitada das atividades musicais desenvolvidas pelos professores. Para Diniz e Del Ben (2006), esse fato é agravado pela inadequada preparação musical dos professores, acabando por limitar o uso de práticas pedagógicas exclusivamente de canto.

O fato é que em qualquer lugar seja público ou não, uma pessoa que comece a tocar e interpretar uma canção, sempre haverá pessoas ao redor dispostas e impulsionadas pelo ritmo e interpretação a participar seja se envolvendo no canto ou de alguma forma improvisando um instrumento ou simplesmente ouvindo, poderá ser percebido que nesse ambiente até mesmo pessoas que nunca se viram irão iniciar um relacionamento. Portanto esse panorama apresentado que acontece nas casas de shows, ou em lugares onde se executa músicas para auxílio de comércio (comida e bebida) mostra que a música auxilia na inclusão e ainda ajuda na venda de produtos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a revisão bibliográfica, sobre o tema da música como meio educacional e inclusão social e através de trabalhos acadêmicos como artigos, livros, dissertações, teses, dentre outros, apresentam um estudo bastante didático e animador. Porém, ainda hoje existe uma defasagem entre os relatos das teses e da prática.

Neste trabalho procuramos apresentar a música como instrumento socioeducacional mencionando três temas: Conceitos da política pública na educação, cultura e arte; a educação inclusiva e a música sendo o instrumento de inclusão.

Constatamos que o papel da música na sociedade, como uma arte que uni a religião, filosofia e política, fazem dela um movimento intrínseco constituído pela própria natureza, onde entrelaça de forma eficiente as ciências.

A psicologia considera que o homem é um ser biopsicosocial, desenvolvendo qualidades nas áreas física, mental, social e espiritual. Considerando que a formação do homem é composta pelas suas expressões “musicais”, isto é, através de sons, vemos que a música é capaz de desenvolver e trabalhar todas as áreas em que estas qualidades dispostas acima estão atreladas.

Verificamos que a música permite o estímulo ao desenvolvimento dos fatores cognitivos e motores, auxiliando no processo de aprendizagem escolar e também no processo de desenvolvimento pessoal do indivíduo. Dessa forma, a música é uma ferramenta essencial na socialização e facilita a inclusão de crianças que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem, ou mesmo que possui alguma patologia mental ou física.

Os momentos musicais proporcionam a socialização e contato entre as crianças, quer seja por uma simples “cantoria” em conjunto com cantigas de roda como “a dona aranha”, borboletinha e outras, ou por uma brincadeira musical como “galinha choca, dança da cadeira, adoleta e outras.

Conforme relatos de campo incluídos no tema 4, em crianças com deficiência, ou com transtorno do espectro autista, a música muitas vezes atua como fator de calma, pois são crianças auditivas, isto é, a audição é um fator preponderante, não apenas

acalmado a criança, mas chamando a atenção desta e incentivando a comunicação, que em muitos casos se limita a pequenas sílabas ou pequenos balbucios de sílabas.

Assim, vemos na música um instrumento poderoso para inclusão, desenvolvimento e socialização nas escolas, podendo ser amplamente aplicados, e não restringido a aulas de musicalização.

REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R. (Org.). *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Introdução*. v. 1. Brasília: MEC/SEF, 2008

DINIZ, Lélia Negrini; DEL BEN, Luciana. Música na Educação Infantil: um mapeamento das práticas e necessidades de professoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 15, p. 27-37, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação Inclusiva: removendo barreiras para a aprendizagem*. Porto Alegre: Mediação, 2008.

DRAGO, R. *et al.* Projeto político-pedagógico e inclusão escolar: um diálogo possível. *Cadernos de Pesquisa em Educação*. PPG-UFES. V. 16, n. 31. Vitória: PPG, jan./jun. 2010.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 33.ed. S. Paulo, Paz e Terra, 2006.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA, C. Conhecimentos psicológicos e formação de professores. In: AZZI, R. (Orgs.). *Formação de professores: discutindo o ensino da psicologia*. Campinas: Alínea, 2008.

MARQUES, Binho, Flávia Nogueira, Antônio Roberto Lambertucci e Geraldo Grossi Junior, 2013. O Sistema Nacional de Educação: em busca de consensos. In: *Conferência "O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Sistema Nacional de Educação"*, São Paulo, MEC/SASE/FEUSP, 11 a 13 de março de 2013

MANTOAN, M. *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

MITTER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*. São Paulo: Artmed, 2008.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2003.

PENNA, Maura. *Música(s) e seu Ensino*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008

PEREIRA Bresser, *O público não estatal na reforma do estado*. Rio de Janeiro: FGV, 1999

PIAGET. J. *A construção do real na criança*. São Paulo: Ática, 2001.

PSE. Programa Especial de Cultura e Arte 2014-2018. *Diário Oficial da Federação*, 28 de abril. São Paulo, 2014.

SASSO, Elaine Cristina. *A linguagem oral e escrita na educação infantil: contribuições da análise experimental do comportamento da releitura dos objetos*. 2007. Monografia (Graduação em Pedagogia). São Paulo, UNESP, 2007.